



Anais da Assembléia

N.º 47

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 68.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Francisco Escorsin.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Werner Wanderer, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Deni Schwartz e Domício Scaramella (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, João Fadel e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo, alienar a área de Terras que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra extraordinária, para a próxima terça-feira, com a Ordem do Dia, a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 69.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Werner Wanderer, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, João Fadel e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem 64/77

Curitiba, 27 de abril de 1977

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, ao inciso I, do artigo 2.º, ao "caput" do artigo 3.º e aos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 5.º da Lei n.º 6.568, de 24 de junho de 1974, que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular — (PLANHAP).

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que ensejará as necessárias condições legais, a fim de permitir que o Estado do Paraná continue participando do Plano Nacional de Habitação Popular, cuja execução, em nosso Estado, como de resto em todo o País, vem apresentando expressivos resultados. Vale ressaltar, a seguir, os objetivos fundamentais do Plano:

- I — reduzir gradualmente, até sua eliminação, o "deficit" estadual de habitação para famílias com renda equivalente a até cinco vezes o maior salário mínimo vigente no País, ou até 22 UPC, admitido, alternativamente, o maior dos dois valores.
- II — propiciar atendimento da demanda de habitações das novas famílias, na mesma faixa de renda;
- III — proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;
- IV — apoiar programas e projetos de desenvolvimento comunitário.

Os estudos que precederam à elaboração do anexo plano de lei foram realizados conjuntamente pelos órgãos competentes da Administração e pelo Governo Nacional de Habitação — BNH.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O art. 1º, o inciso I do artigo 2º, o “caput” do artigo 3º e os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei número 6.568, de 24 de junho de 1974, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, com os seguintes objetivos:

I — reduzir gradualmente, até sua eliminação, o “deficit” estadual de habitação para famílias com renda equivalente a até cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país ou até 22 UPC, admitido, alternativamente, o maior dos dois valores;

II — propiciar atendimento da demanda de habitações das novas famílias, na mesma faixa de renda;

III — proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;

IV — apoiar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento comunitário”.

“Artigo 2º — ...

I — celebrar, com o Banco Nacional de Habitação (BNH) convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quando se fizer necessário.

“Artigo 3º — O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR — FUNDHAP terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e às necessidades financeiras decorrentes das responsabilidades que lhes forem atribuídas na execução do PLANHAP”.

“Artigo 5º — ...

“§ 1º — Sem prejuízo do disposto no artigo 4º e no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 1.762.000 UPC (um milhão, setecentos e sessenta e duas mil Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no quadriênio 1976/1979”.

“§ 2º — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH à entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABs e aos municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no quadriênio referido no Parágrafo anterior”.

Art. 2º — Os atos, contratos e outros documentos de qualquer natureza em que as Companhias de Habitação Popular (COHABs) e outros Agentes Promotores do PLANHAP no Estado, devidamente credenciados pelo BNH, sejam partes interessadas, ficam isentos de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza.

Parágrafo único — Nos processos judiciais e nos atos e documentos do foro extra-judicial, de cartórios, de tabeliães, registros civis, registro de imóveis e registro de títulos e documentos, as custas e emolumentos dos serventários respectivos que devam ser pagas pelas entidades indicadas no “caput” deste artigo sofrerão uma redução de cinquenta por cento sobre os níveis vigentes na data dos atos a que se referirem.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o número 230/77, do Senhor Jorge Guilherme Francisoni, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas, agradecendo a sugestão apresentada por esta Egrégia Assembléia, referente ao estabele-

cimento de uma velocidade mínima aos veículos automotores e similares. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 368/77, do Senhor Dr. Iwerson Chiuratto, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, encaminhando cópia autêntica da modesta sugestão enviada a Sua Excelência Doutor Allysson Paulinelli, Ministro da Agricultura, para o que pede os seus bons ofícios no sentido de que ratifique, caso ache justa a pretensão perante aquela autoridade, tudo aquilo que vier em benefício do produtor do “Leite” em nosso Estado.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Valter Pietrângelo, o Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta Casa, de voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Regina Santana Labegalini.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

No último domingo, faleceu na cidade de Kaloré, a senhora REGINA SANTINA LABEGALINI, avó paterna de MAURO LABEGALINI, o mais jovem Prefeito paranaense.

É justo que tão triste acontecimento, seja dado a conhecer aos ilustres membros desta Assembléia Legislativa, para que possamos prestar a merecida homenagem à virtuosa extinta, que nos longos anos de sua existência terrena, foi atenta observadora das máximas evangélicas, da doutrina cristã, herdando para exemplificação em sua comunidade, a família conceituada e distinta dos LABEGALINI. Regina Santana foi um dos esteios. É merecedora de nosso reconhecimento. O Município de Kaloré, está enlutado e por isso, requeiro também, seja dado conhecimento ao seu prefeito, esta iniciativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda, MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, Presidente da Caixa Econômica Federal, HUMBERTO ESMERALDO BOTELHO, Presidente do Banco Central do Brasil, PAULO HORTÊNCIO PEREIRA LIMA, solicitando a criação e instalação, de uma agência da Caixa Econômica Federal, no Município de UBIRATÃ, neste Estado.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a criação e instalação de 13 (treze) novas agências da Caixa Econômica Federal no Estado do Paraná, e o Município de Ubatã, um dos municípios paranaenses que vem atingindo dia após dia, um grande potencial agrícola, comercial e populacional, a criação dessa nova Casa de Créditos, viria de encontro ao empenho das autoridades locais e de toda sua população.

Caso não haja a possibilidade de inclusão entre as 13 (treze) novas agências, que seja feito um estudo em caráter de urgência, para que o Município de Ubatã e toda aquela região, receba por parte do Governo Federal, aquela casa de crédito, como prêmio pelo trabalho, carinho e dedicação daquele povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na melhor forma de que preceitua o Regimento Interno da Casa, requer seja enviado expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná Sociedade Anônima, enfatizando a necessidade de ser instalada uma

agência dessa instituição financeira no Distrito de SARANDI, município de Marialva por não haver nenhuma agência lá instalada e pelo fato de o distrito de SARANDI possuir hoje uma população de 16.500 habitantes, observando-se um índice de crescimento de 430 por cento nos últimos três anos e meio, além de contar com dinâmico e crescente parque industrial, caracterizado por implantação de indústrias leves e médias e que, de per si, justifica a medida requerida.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores RUBEM NOÊ WILKE e PEDRO TOCA-FUNDO, respectivamente, Superintendente e Delegado Regional da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, reiterando o apelo já feito através desta Casa, no sentido de que seja criada, com a máxima urgência, uma Sub-Delegacia desse órgão do Ministério da Agricultura, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, que a presente subscreve, com base regimental no artigo 123, § 7º e 130 parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º e tendo em vista as disposições do art. 48, requer com base constitucional dos artigos 47, XVIII, 49 e 50 da Constituição Estadual, seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, sobre a seguinte indicação:

DO FATO

Em data de 16 de março de 1977, o Deputado Trajano Bastos de Oliveira — Líder do MDB, apresentou ao Plenário e teve APROVAÇÃO, conforme prova inclusiva, o seguinte requerimento:

“SEJA INFORMADA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO PRAZO LEGAL, DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E CONSTITUCIONAIS QUE DETERMINARAM O DECRETO NÚMERO 2772, PUBLICADO NO D.O. DO ESTADO DE 05 DE JANEIRO DE 1977, PELO QUAL FOI NOMEADO, PARA O CARGO DE AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EMÍLIO HOFFMANN GOMES, POR ATO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ”.

Tal requerimento foi endereçado ao Exmo. Sr. Governador do Estado em data de 21/03/77, pelo Ofício DA/DE/SC/294/77, do Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia, Deputado Ivo Thomazoni, conforme cópias inclusas, tendo sido recebido em Palácio na data de 30 de abril último.

Ocorre, conforme informação da Divisão de Protocolo da Casa, documento incluso, até a presente data não ter sido encaminhado a este Poder, a informação solicitada.

DO DIREITO

A Constituição Estadual, que o Governador jurou defender e obedecer, estabelece no artigo 47, XVIII a seguinte regra de dever funcional do Governador:

“Prestar as informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazos fixados em Lei;”

É fora de dúvida a obrigação do Governador de prestar a informação requerida e o prazo que tinha para fazê-lo era de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento em Palácio (artigo 20, § 2º da Constituição Estadual).

Data vênua, além de desconsiderar o Poder Legislativo do Estado do Paraná, cometeu o ilustre Governador um crime de

responsabilidade funcional, devendo ser submetido a julgamento pelo TRIBUNAL ESPECIAL, previsto no artigo 49, II da Carta Estadual, depois desta INDICAÇÃO ser submetida aos trâmites legais.

Diante ao exposto e com a inclusa documentação, requer-se na forma do parágrafo 2º do artigo 130 do Regimento Interno, seja a presente Indicação, despachada para a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, a fim de que no prazo de 10 (dez) dias, § 4º do art. 130, a mesma ofereça parecer, a fim de que o Plenário possa então, e em obediência ao RI, discutir e votar a matéria.

Requer o peticionário, quando da designação do relator na CCJ., seja intimado para oferecer novos documentos, que provam ter sistematicamente cometido idêntica infração o Chefe do Executivo Paranaense, bem como através de ofício seja aquela autoridade notificada da presente indicação, como norma processual da mais ampla defesa que possa ter.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado cópia de seu pronunciamento aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando sua especial atenção para os reparos que se fazem necessário nas instalações do Colégio Estadual “NILO CAIRO”, da cidade de Apucarana, que encontra-se em péssimas condições, principalmente, na parte onde funciona a administração.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 44/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação Social de Nossa Senhora da Aparecida de Turvo, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná, distrito de Turvo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Como se depreende do incluso relatório de atividades, a entidade enfocada vem prestando relevantes serviços à coletividade, pelo que esperamos contar com o imprescindível apoio dos nobres Deputados desta Assembléia Legislativa para que seja transformado em lei o presente projeto.

PROJETO DE LEI NÚMERO 45/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Usina de Foz do Areia, passa a ser denominada Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

A USINA FOZ DO AREIA, em construção na Bacia do Iguaçu pelo Governo do Estado, nos parece uma obra de grande vulto, destinada a marcar profundamente a Administração Pública Estadual.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Usina Foz do Areia, irá quintuplicar a capacidade geradora atual da Cia. Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), uma vez que produzirá nada menos de 2.250.000 KWs.

A partir de 1980 o Governo prevê, — e o projeto confirma essa previsão — entrarão em operação os primeiros 1.125.000 KWs.

Fizemos essas considerações preliminares para dizer que a Usina Foz do Areia, quando concluída, irá minimizar sensivelmente o problema de energia elétrica em nosso Estado, cujo aumento de produção não acompanha o aumento do consumo industrial, atualmente.

Para uma obra de fundamental importância ao desenvolvimento industrial, com reflexos diretos na economia paranaense, entendemos que referida obra deveria levar o nome de alguém que por si só a eternizasse; de alguém que fosse, ao mesmo tempo, sinônimo de energia e de desenvolvimento.

Encontramos, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Encontramos o nome que, enquanto vivo, foi todo energia e todo desenvolvimento e que, — já eternizado pelos brasileiros — emprestando o seu nome à obra, eternizá-la-ia definitivamente.

Refiro-me ao nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira — O GRANDE PRESIDENTE.

Aquele que foi digno do primeiro ao último minuto do seu mandato.

Aquele que foi todo energia e desenvolvimento; que foi todo democrata, todo dinâmico, todo austero.

Juscelino que foi todo sorridente, e cheio de fé, nos atos e nos pensamentos.

Juscelino o Presidente que voava trabalhando, enquanto o povo trabalhava com fé no amanhã; o político que nunca desonrou a classe política; o Presidente que sempre respeitou a Constituição como se respeita a Bíblia.

Juscelino que em vida foi todo amor e bondade; que soube sempre respeitar, cumprir e sobretudo perdoar. A tudo e a todos.

Que foi Presidente para dignificar a Pátria e o seu povo.

Por tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Usina Foz do Areia será denominada Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Porque ela a ele se unificam na energia e no desenvolvimento.

E não sugiro a mudança de nome apenas para homenagear esse vulto emérito, mas sobretudo para HOMENAGEAR O POVO DO MEU ESTADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 47/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica incluído no artigo 130, item III, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo), o tempo de serviço prestado à autarquia instituída pelo Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Reforma Administrativa da administração estadual, foi

institucionalizada pela Lei número 6.636, de novembro de 1975, a qual definiu as autarquias como um dos instrumentos de que dispõe o Estado para realização de seus objetivos teleológicos, à par das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Ademais disso, essa lei determinou que o regime jurídico do pessoal das autarquias é o da legislação trabalhista, regime, aliás, que é o adotado nos demais órgãos da administração indireta referidos.

Por outro lado, os servidores das autarquias são alcançados subsidiariamente pelas disposições do Estatuto dos Funcionários do Poder Executivo, "ex-vi" do seu artigo 360, assim vazado: "O regime jurídico deste Estatuto é aplicável no que couber, aos servidores da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e das Autarquias do Estado do Paraná".

Dando por suposto que tais servidores sejam regidos por disposições próprias, pertinentes às peculiaridades de cada uma dessas entidades de direito público.

Portanto, como os servidores com tempo de serviço prestados à fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista já se encontram amparados pelo artigo 130, item III, do Estatuto dos Funcionários do Poder Executivo, é mister que se disponha equitativamente e se estabeleça identidade de tratamento aos servidores das autarquias instituídas pelo Estado do Paraná, garantindo-lhes, quando proventura venham a prestar serviço em regime diverso do estatuto, a contagem do respectivo tempo para os efeitos da aposentadoria e disponibilidade.

Este o propósito do presente ante-projeto de lei, que tenho a honra de submeter à alta apreciação desta douta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Voltamos novamente a esta tribuna, desta vez, porém, com a finalidade de nos referirmos ao pronunciamento que fizemos no dia 13 de abril próximo passado, sobre a produção de soja, em cuja oportunidade emitimos considerações que sempre julgamos válidas, e que agora, face à discordância sobre as mesmas, das quais acabamos de tomar conhecimento, e, por isto mesmo, voltamos a reafirmá-las.

O que motiva a nossa volta à tribuna para tratar do mesmo assunto, é o fato de um nobre colega, o ilustre Deputado Ernesto Dal'Oglio, ter concedido uma entrevista a um jornal do Oeste do Paraná, precisamente de Toledo, a qual lemos com a máxima atenção e respeito. Aliás, sempre foi este o nosso procedimento em qualquer pronunciamento de Sua Excelência, eis que, paralelamente à nossa amizade, nutrimos pelo mesmo uma sólida admiração.

Esta entrevista, porém, causou-nos estranheza, sobretudo partindo de Sua Excelência, porque está eivada de equívocos e desvirtuamentos.

NÃO AFIRMAMOS que se deve "PARAR" com a exportação de soja. RECOMENDAMOS PRECAUÇÃO NA EXPORTAÇÃO, cuja precaução consiste, preliminarmente, em tomar-se conhecimento do total da colheita, para que se decida qual o volume das quantidades exportáveis.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, qualquer homem consciente das necessidades brasileiras não combate a exportação, porém, com a sua consciência da realidade, como presumimos ser o nosso conceito, que é a política econômica do Governo, recomenda PRECAUÇÃO, Senhores Deputados, PRECAUÇÃO. A eventual falta de matéria prima elevará os preços dos produtos industrializados, que todos os brasileiros consomem. O nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio pretendeu acusar-nos até, sub-repticiamente, que a nossa sugestão, PRECAUÇÃO NA

EXPORTAÇÃO, somente interessa às multinacionais. Em nosso pronunciamento solicitamos e advertimos que deviam ser tomadas medidas no sentido de GARANTIR OS PREÇOS DA SOJA a serem pagos ao agricultor, sempre com base do preço externo cotado pela Bolsa de Valores.

Temos pleno conhecimento de que o País produz milho, amendoim, girassol, e que estes produtos também fornecem farelo e tortas para alimentação animal, e que produz igualmente gordura animal e vegetal. Afinal, é do conhecimento de todos. O ilustre Deputado não está informando nada de novo em sua entrevista. O que é evidente é que o comentário de Sua Excelência nem sequer tangencia a essência de nosso pronunciamento. Assim, não encontramos nenhuma objetividade no mesmo.

Achamos que o nobre Deputado devia saber que a oferta em demasia, no mercado internacional ou em qualquer mercado, seja qual for a mercadoria, estimula a queda dos preços. Não podemos crer, nem nós nem ninguém, que S. Exa. pretenda que tal aconteça. Seria uma falta e gravemente imperdoável.

Afirmamos anteriormente que já haviam sido liberadas quatro milhões e quinhentas mil toneladas de soja para exportação. Custa-nos crer que existam pessoas que não entendem, ou não querem entender, a seriedade de nossa sugestão e ainda procuram desvirtuar os bons propósitos de nossas declarações.

É sabido que nesta época não existem estoques exportáveis nos Estados Unidos, e que não existem estoques nos países consumidores. A safra americana começa a ser colhida de agosto em diante. A experiência nos tem mostrado que a soja tem obtido melhores cotações de maio e junho em diante. Nessa época teremos o total de nossa colheita, e obviamente deverão obter melhores cotações. Dá para entender?

Senhor Presidente, Srs. Deputados, que S. Exa. o Deputado Dal'Oglio declare que nós somos contra os agricultores? Desculpem-nos, mas, por maior que seja nossa boa vontade, não conseguimos entender S. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta sugestão não significa PARAR COM A EXPORTAÇÃO. Significa proteção ao agricultor, pois que, assim, a indústria moageira, em hipótese alguma lhe pagará menor preço do que o preço do produto exportável.

Entendemos e por isto reafirmamos, que o óleo de soja e o farelo trazem vantagens na exportação.

Sabemos igualmente, que os países importadores desses dois produtos exigem quantidades de soja em grão para as suas indústrias moageiras, e que deve ser atendido em termos de equilíbrio, como procedem os governos e comerciantes hábeis. Sabemos que, na maioria dos países, a indústria moageira tem esmagado menor quantidade de grão do que as suas próprias capacidades. É o que acontece igualmente no Brasil, mas nós temos grande produção de soja, e eles não. A nossa capacidade moageira é de nove milhões e trezentas mil toneladas, mas a média de moagem é de sete e meio milhões. Esta é uma das razões porque o Governo Federal não tem autorizado a instalação de novas indústrias moageiras no País. Estamos com um saldo ocioso de um milhão e oitocentas mil toneladas. O Oeste do Paraná está empenhado, e luta por mais uma indústria moageira, através da Cotriguaçu e, se a obtivermos, isto virá em benefício do nosso produtor, pois o soja em grão, em parte ficará no Oeste, industrializado do Oeste.

Nunca advogamos a favor da indústria moageira nacional e muito menos a favor das multinacionais — referência feita pelo ilustre Deputado Ernesto Dal'Oglio. Temos procurado colocar os fatos no seu devido lugar, e, acima de tudo, temos defendido o nosso produtor, que, sem que haja esta objetividade pessoal, é a defesa de nós mesmos, visto que também somos produtores, e jamais lutaríamos contra os nossos colegas, nem contra os interesses da Nação. Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos sabemos que o agricultor é a mola mestra do Brasil. Ele

é o grande realizador deste País. É o eterno jogador de loteria. Luta contra o clima, sofre o clima nas estiagens e nas épocas de chuvas, mas não se entrega. Luta e sofre com os preços do seu produto.

Recentemente, tomamos conhecimento do confisco cambial de 7 por cento. Fomos contra este confisco e lutamos com todos os meios de que dispúnhamos, interferindo, até, junto ao Exmo. Sr. Governador do Estado e autoridades federais responsáveis.

Não tivemos êxito, confessamos. Hoje, estamos diante de um novo quadro. Foi decidido que o confisco cambial sofre maior percentagem, 12 por cento. Somos frontalmente contra. Achamos que é uma carga muito pesada sobre os ombros do agricultor. Discordamos deste ato do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e das autoridades responsáveis pelo mesmo. O agricultor já sofre pesados encargos além do inevitável e imprescindível empate de capital, que é vultoso. Em seguida ocorre a destoca da área, a correção do solo, aquisição de adubos, aquisição de sementes e de maquinaria para plantio e colheita, material este de preço muito elevado, óleo e gasolina e mão-de-obra".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda sob o impacto das arbitrárias reformas que se introduziram no País, alterando preceitos constitucionais a pretexto de se trazer melhores condições à vida nacional, quer quanto à reforma do Judiciário, quer quanto ao Sistema Político Nacional, temos que nada mais ocorre do que uma deformação de moral neste País.

Os homens de mais rígidos princípios, hoje até se sentem aviltados. E a observação feita até pela imprensa nacional, e hoje então nós vemos um editorial da "Folha de São Paulo" e até com tristeza porque nós não desejaríamos que assim ocorresse nesta Pátria. Nós queríamos que tudo o que foi pregado em 1964 fosse para se estabelecer na verdade, um governo que trouxesse uma vida de paz, de harmonia e de respeito entre os brasileiros. Mas, a desarmonia e o desrespeito cada vez se acentuam mais e atingem a profundidade dos ideais nacionais.

Não gosto muito de ler artigos que são escritos nos jornais. Entretanto me chamou muito a atenção um editorial da "Folha de São Paulo", que traz encimado o título: "A Dupla Inflação".

Diz o editorial: (Lê):

"Nesta quadra da vida nacional, onde os políticos se reafirmam fiéis ao Chefe da Nação e com ele se solidarizam de maneira total não só com o que fez, como também com o que faz e, acima de tudo, com o que possa vir a fazer, é de perguntar-se se esta entrega é simplesmente de caráter político ou se também é de índole religiosa, mística.

Ainda há dois dias o Deputado Pedro Simon, presidente do Diretório Regional do MDB do Rio Grande do Sul, fazia esta mesma indagação ao líder da ARENA na Assembléia Legislativa, lembrando que o programa do Partido Situacionista, na sua letra fria, contrariava abertamente as posições recentemente adotadas pelo Presidente da República. Ele deseja saber se os políticos devem mais obediência aos chefes de Governo que transitam pelo poder ou se ao programa de seu próprio partido que se presume imutável e permanente.

Mas esta é uma resposta que não ouviremos, por certo. Ainda mais quando a via eleitoral é obstruída e em lugar dela foi implantado o sistema de indicações, o que leva muita gente a correr para os braços do poder ainda que transitório, fugindo de um programa que eles preferiam enterrado para todo o sempre. É triste, mas é a verdade nua e crua.

E de contradição em contradição vemos o tempo escoar-se nessa ampolheta diabólica, que consome lideranças partidárias

com uma fome pantagruélica, esquecidas, as suas vítimas de que neste caso elas são agentes passivos e ativos, pois, na sofreguidão de preservar os mandatos não apenas para si, mas também para seus afilhados, destroem seus sucessores e a si próprios.

A corrida em busca de nomeações, seja para os governos estaduais, seja para o Senado, faz com que homens precavidos e serenos, ponderados e sérios, percam a sua tradicional postura para ajoelhar-se aos pés de deuses ocasionais.

A própria sucessão presidencial ganhou vida inesperada. Os candidatos a candidatos correm de um lado para outro e vão terminar com vertigens nesta dança fantástica. Os postulantes se sucedem, desequilibrando o próprio centro de poder e criando situações de evidente constrangimento para os que iniciaram a mágica e agora sentem que os antídotos são ineficazes.

A repercussão que esse desequilíbrio sucessório está causando ao setor econômico só não é registrada pelos sismógrafos oficiais, porque de resto o empresariado está aí para testemunhar que o essencial está deixando de ser feito, pois que os acessórios foram entronizados. Diante da inflação de candidatos aos postos-chaves da Revolução, a outra inflação, a dos custos e preços, prossegue na sua marcha intocável, diante dos olhos atônitos de todo um povo.

Aí está, Sr. Presidente, uma sucinta demonstração, de como se apresenta a situação nacional no campo político.

E dizemos mais. Para nós, da oposição, não houve tanta decepção. Percebe-se que esta decepção seria até maior ainda para o próprio partido que dá sustentação ao Governo, pois, ao que sabemos e ao que é anunciado nos jornais, nem sequer o Partido da Situação terá condições de fazer indicação de seus candidatos a Governador e ao Senado da República para serem levados a estes postos por via indireta, porque esses candidatos sairão do bolso do colete de duas pessoas que irão conduzir os destinos, o futuro deste País — um que deixará o governo e outro que entrará.

Então a Convenção será meramente formal, apenas para referendar dois nomes que serão impostos ao Paraná e aos demais Estados da Federação.

É de lamentar, e lamentamos profundamente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “A notícia de que foram portadores os Vereadores, Tércio Hilário de Oliveira, do MDB e Maurílio Correia Pinho, da ARENA, ambos de Maringá, que regressando de missão oficial ao Rio de Janeiro, informaram que o Grêmio de Esportes Maringá, está definitivamente impossibilitado de participar do próximo campeonato nacional de futebol, entristeceu a população maringense e de toda uma vasta região.

Depois de contatos com o Senhor Mozart Di Giorgio, Superintendente da CBD, a Comissão entrevistou-se com o Almirante Heleno Nunes, presidente daquele órgão, tendo este declarado: “Durante o tempo que fui político, sempre procurei adotar uma linha de sobriedade e seriedade absoluta. Portanto, nunca menti.

Podemos não cumprir um compromisso, como é o da inclusão do Grêmio no Campeonato Nacional, mas não podemos mentir agora aos senhores que vieram de tão longe. Portanto, não há nenhuma possibilidade do Grêmio entrar no Campeonato Nacional. Está assim definitivamente superada esta hipótese. Tanto em 77 como em 78”. Voltou a comissão com uma difícil missão: informar Maringá da impossibilidade de participação no maior campeonato de futebol do mundo. Foram honestos os Vereadores. Prestaram as informações exatas. Toda uma comunidade sentiu-se entristecida. É verdade porém, que agora vozes se fazem ouvir, procurando desmentir ou não acreditar, e fazer com que o povo também pense assim. As informações transmi-

tidas pelos Vereadores não são verdadeiras. Tanto que o Prefeito de Maringá, segundo notícias divulgadas pela imprensa disse: “Tudo o que se diz não tem foro de verdade. O campeonato nacional ainda não foi programado, não foi escalado. Nada foi decidido. Estamos trabalhando, falamos com o Governador, com o Ministro da Educação, com o Presidente da ARENA, que prometeram nos ajudar. Estaremos aguardando com tranqüilidade, sem querer atacar este ou aquele”. Quanto às declarações de Maurílio Correia Pinto, Vereador da ARENA e Tércio Hilário de Oliveira, do MDB, o Prefeito disse: “O Maurílio não é conhecido de Heleno, e além do mais, estava com um Vereador do MDB”.

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, das palavras do Prefeito, deduz-se que os Vereadores estariam mentindo, que suas informações, formais, diga-se de passagem, não são verdadeiras. Eles trouxeram relatório oficial de uma viagem também oficial ao Rio de Janeiro, não poderiam furtar-se à verdade, sob pena de ridicularizarem-se perante a opinião pública e, ainda, perder inteiramente a confiança de seus pares na Câmara de Maringá. A situação está realmente difícil. Caso os Vereadores tenham dito a verdade, retratando fielmente as palavras do Almirante Heleno Nunes, com relação ao assunto, o que receberam do Prefeito, foi uma verdadeira provocação e desrespeito. Se no entanto, o Almirante Presidente da CBD, apenas manifestou-se negativamente quanto à inclusão do Grêmio no Campeonato Nacional, porque: “Não conhecia o Vereador Maurílio, e por estar acompanhado por um Vereador do MDB, no caso, Tércio Hilário”, então, o Almirante, que se jacta de pautar sua vida política por uma conduta “sóbria e séria” e “nunca haver mentido”, teria então, naquela oportunidade, faltado com a verdade, apenas por considerar inexpressiva a comissão especial do Poder Legislativo maringense. Com quem está a verdade? Apenas o tempo dirá.

Porém, a principal motivação de nossa estada na tribuna, é cobrar do Senhor Governador do Estado, do Sr. Ministro da Educação, também paranaense, enfim de toda a cúpula situacionista deste Estado, a promessa feita durante a Campanha eleitoral de 76: A INCLUSÃO DO GRÊMIO DE ESPORTES MARINGÁ, NA DISPUTA DO PRÓXIMO CAMPEONATO NACIONAL. A administração anterior, do MDB, liderada pelo emérito administrador Sílvia Barros, fez sua parte: construiu o estádio, conforme exigências da CBD. Reformulou o Grêmio, dando-lhe, com a fusão com o Vale Azul Iate Club, um patrimônio respeitável; montou um bom time de futebol, tendo em sua última partida, durante a administração Sílvia Barros, empatado com o Corinthians, Vice-Campeão Brasileiro de Futebol. Afinal, montou toda uma estrutura.

A principal pregação da ARENA na campanha eleitoral de 1976, foi sem dúvida a entrada do Grêmio no campeonato nacional. A ARENA venceu. E agora? Será que o povo foi enganado mais uma vez?

Sabemos não ser motivo de grande relevância, está o município sendo administrado por um arenista. Este aspecto não deve ter peso importante na decisão da CBD, tanto que Londrina, segundo as declarações do mesmo Presidente, está assegurada, e, o Prefeito anterior era do MDB, como o atual também o é. A cidade de Joinville, em Santa Catarina, terá seu representante no campeonato nacional, e lá também a administração é emedebista. À CBD interessa obter boas rendas. Maringá oferece condições para obtê-las. Não há motivo portanto, para não ser incluído o Grêmio no campeonato nacional, a não ser que outras forças entrem em cena e resolvam reduzir as lideranças arenistas de Maringá a mais desprezível insignificância.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. ANTÔNIO FACCI — É verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que correm para o Rio de Janeiro comissões, o Prefeito, Vereadores, e inclusive das classes empresariais de Maringá, procurando garantir este direito.

Ora, se outras cidades conquistam por direito, Maringá também o tem. Não precisa e não deve pedir de joelhos, o que precisa é exigir a sua presença nesta disputa porque tem condições para isto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quarto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero manifestar o meu reconhecimento pela sabedoria que o Supremo Tribunal Federal colocou à frente do julgamento do ex-Deputado Francisco Pinto, da Bahia.

Cumprimento os Ministros da Suprema Corte com a declarada justiça que praticou naquele procedimento contra esse Deputado.

Por outro lado, Sr. Presidente, voltando ao tema que me traz a esta tribuna, há cerca de 10 anos se fala do cancro cítrico no Paraná. Fala-se na erradicação deste mal que acomete as frutas plantadas e implantadas no solo paranaense.

De forma especial reporto-me ao que ocorre na região do Oeste do Paraná, de modo mais específico.

Já aqui nesta Assembléia, pronunciamentos se levaram a efeito para que o Governo adote uma medida coerente para o desenvolvimento da fruticultura aqui no Paraná.

E o que constrange, é que até hoje, apesar de todo o interesse dos fruticultores, ao menos da região Oeste paranaense, é que, o Governo define formalmente uma política de atuação no setor, porém, deixa essas medidas postergadas a planos indefinidos, e por tempo indeterminado.

Recentemente, em Cascavel, por obra e feito da fiscalização competente, se incinerou mais de 1.000 mudas que se destinavam ao plantio na região, e sabe-se que sobretudo nas áreas de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu onde o clima é altamente favorável à plantação desses tipos de frutas, o Governo busca impedir o seu desenvolvimento, sob a alegação de que há cancro cítrico e que a política do Governo pretende erradicá-lo.

Lamentavelmente fica apenas na filosofia e não se faz, não se executa um trabalho objetivo para que os interessados possam promover projeto de desenvolvimento do setor.

É contristador que se leve a efeito esses proibitivos e, o custo desses produtos a cada dia se elevem, porque o abastecimento do mercado consumidor regional é feito através de importação do Estado de São Paulo.

É lamentável que também o Governo Federal, apesar de haver editado lei cognominada a Lei dos Sucos, ainda não a tenha colocado em prática. E há uma verdadeira anomalia, desorientação dentro do mercado do produto, como também na política de desenvolvimento desse tipo de agricultura. Penso que o Governo deveria colocar numa prancheta e objetivar essa motivação, que ele faz apenas em caráter filosófico.

A reclamação se avoluma e se agiganta, e há necessidade — se assim dizem os técnicos — de erradicar; então, se erradique e que se o faça desde logo, porém, o Governo entende da desnecessidade de fazê-lo, mister também se faz que as autoridades divulguem a nova metodologia, porque, neste impasse de não se saber o que fazer e de se impedir aquilo que se pretende, que é o desenvolvimento da fruticultura no Oeste paranaense, que não se faça nenhum impeditivo, que não se dê prejuízo àqueles que pretendem desenvolver este setor da economia, sobretudo da economia do nosso Estado.

Não se sabe se o Governo, atendendo determinações extra-oficiais, busca a imitação para que os fruticultores do Estado de São Paulo se beneficiem com as medidas de outros Estados, como é o caso do Paraná.

Entretanto, fica aqui o desapontamento e o veemente protesto de quantos procuram uma definição objetiva, correta e adequada do Governo para que a curto, a médio ou a longo

prazo, se busque a implantação de um sistema que possa satisfazer, objetivamente, os interesses do Paraná e os interesses da economia popular.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, que haja este marasmo no setor e fica aqui o apelo da população reclamante do Oeste do Paraná, ou se erradica este mal, expungindo de uma vez por todas do solo paranaense, especialmente, do Oeste do Paraná, ou se permita que a fruticultura se desenvolva adequada, racional e logicamente, porque se assim não for, não saberemos quais são os objetivos e metas do Governo, para que se possa implantar um efetivo e real desenvolvimento, não só da economia, mas para expansão da produtividade, impedindo-se as importações obsoletas e caras para o consumidor, em defesa desses que tanto reclamam, até de comerciantes que lidam na área, é que venho a esta tribuna fazer apelo ao setor responsável desse Governo, para sanar, de uma vez por todas, este problema tão momentoso. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, quinto orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, nobres Deputados.

É dever, é obrigação precípua do parlamentar, tentar corrigir anomalias que, vez por outra, encontramos na nossa legislação. Assim é que, hoje, deparamos com um desses fatos escabrosos e estamos procurando, através de um projeto de lei, fazer justiça para com aqueles que se aposentam, aqueles funcionários públicos que se aposentam compulsoriamente, por idade, com recursos tão insignificantes que chegam até a serem vergonhosos. A nossa pretensão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é tentar fazer com que os nobres pares acompanhem o nosso raciocínio, votem conosco e, oxalá, após esse desiderato o Sr. Governador resolva por bem atender nossa solicitação e que não possam invocar que a nossa sugestão, em termos de projeto, acarretaria despesa para o erário público estadual, porque os atingidos seriam tão poucos, que seria quase imperceptível o ônus que causaria ao Governo do Estado.

Está assim redigido o nosso projeto de lei: (Lê):

“PROJETO DE LEI NÚMERO 46/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 141, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 141 — O funcionário aposentado compulsoriamente, por implemento de idade, terá proventos iguais aos percebidos em atividade”.

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

A alteração que se pretende introduzir no artigo 141, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, visa proporcionar melhor aposentadoria aos servidores públicos que, pela idade avançada, são compulsoriamente aposentados. Na forma da redação atual, muitos passam para a inatividade com proventos irrisórios, enfrentando sérias dificuldades para assegurar a sobrevivência. Mais justo, mais humano e louvável, será oferecer a tais servidores condições de vida iguais a que desfrutavam em atividade, não devendo ser condenados pelo ingresso tardio no serviço público. Desde que foram admitidos pelo Estado, justo será que, aposentados pela idade, percebam numerário igual ao recebido em atividade, pois é a própria lei que reconhece não possuírem mais condições de trabalho. A iniciativa, por justa e oportuna, por certo, será transformada em lei”.

Entendemos, como dissemos no final, que a nossa iniciati-

va é justa e oportuna, Srs. Deputados, porque é um prêmio que se outorga aos funcionários quando da aposentadoria compulsória. E mesmo porque entendemos ser sadia a nossa iniciativa, contribuindo com o mínimo de cruzeiros para aqueles que, com abnegação, durante o seu tempo de serviço deram tudo em favor do Estado e na aposentadoria o Estado pouco podia lhes dar.

E mesmo com a nossa intenção de modificarmos o artigo 141, o ônus que acarretará ao Estado é tão insignificante que não se aperceberá dele.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): "Muito se tem discutido nesta Casa, e em alguns casos até com efetiva relevância, sobre a competência para a iniciativa legislativa de seus membros, a qual, interpretada literalmente, ante os textos frios da Constituição, não existe: o poder legislativo, quanto à iniciativa das leis de maior interesse, transferiu-se para o próprio poder executivo.

Tal interpretação axiomática, no entanto, é falsa, pois, formalmente a existência do poder legislativo pressupõe a competência para a iniciativa legislativa, notadamente quando verificada a falta de proposição por parte do executivo.

Ante a situação atual, temos defendido, reiteradamente, a aplicação da Súmula (verbete número 5) do egrégio Supremo Tribunal Federal, que assentou: "A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo". A controvérsia, portanto, deverá ser aquela que procure definir a lei que possa resultar do projeto, apurando-se se a mesma é constitucional ou não.

A propósito de Projeto de Lei número 7/77, de autoria do ilustre Deputado Maurício Fruet, que "dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria", nos foi possível receber sobre matéria valioso subsídio da Câmara dos Deputados, por deferência do eminente representante paranaense, Deputado Gomes Amaral, que na esfera federal se revelou intimamente interessado na extensão de tais benefícios à legislação estadual e municipal. Objetiva-se suprir a falta de iniciativa do Poder Executivo, sempre que for o caso.

Assim, em abono do valioso projeto Maurício Fruet e do substitutivo que o adapta à doutrina em foco, adotamos o estudo, metucioso e convincente pela sua ilustração e jurisdição, procedido pelo Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso Nacional, cujo teor é o seguinte:

"Quantos — e não são muitos — se ocuparam entre nós, do processo e da técnica legislativa, não se detiveram na análise nem destinaram maiores considerações ao problema da constitucionalidade ou não, das proposições legislativas.

Entre os primeiros, não se pode esquecer de NELSON DE SOUZA SAMPAIO (O Processo Legislativo, Edição Saraiva, S. Paulo 1968), JOSÉ AFONSO DA SILVA (Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional, Edição Revista dos Tribunais, São Paulo, 1964) e, entre os últimos, notadamente, LÚCIO BITTENCOURT (O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis, Forense Editora, Rio, 1949).

Outros numerosos autores abordaram aspectos do processo e da técnica legislativa em estudos sobre direito constitucional. É que a rigor, a constitucionalidade dos projetos legislativos deve ser aferida pelos mesmos cânones aplicáveis ao exame da constitucionalidade das leis deles originárias.

Não há outra alternativa.

Dá porque, como regra, deve ser entendido como constitucional projeto do qual, mantidos os seus termos, resulta legislação de constitucionalidade incontroversa.

Desloca-se portanto, necessariamente, o estudo da consti-

tucionalidade dos projetos para o campo do exame da constitucionalidade das leis. Nesta esfera, avulta a importância do conhecimento da doutrina e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no exercício de sua mais alta e conspícua atribuição, qual a de, definitiva e irrecorivelmente, dizer da constitucionalidade das leis ou decretar-lhes a inconstitucionalidade.

Discorrendo sobre a presunção de constitucionalidade, ensina LÚCIO BITTENCOURT:

"É princípio assente entre os autores, reproduzindo a orientação pacífica da Jurisprudência, que milita sempre em favor dos atos do Congresso a presunção de constitucionalidade. É que ao Parlamento, tanto quanto ao Judiciário, cabe a interpretação do texto constitucional, de sorte que, quando uma lei é posta em vigor, o problema de sua conformidade com o Estatuto Político foi objeto de exame e apreciação, devendo-se presumir boa e válida a resolução adotada.

Este poder de interpretar o texto — pondera Castro Nunes, "é, aliás, inerente à aplicação de toda lei; porque a aplicação pressupõe a exegese, como operação preparatória do desenvolvimento da regra legal ou da expedição do ato. Que o Poder Legislativo, com as luzes de suas Comissões Técnicas, que o Executivo, esclarecido pelos precedentes judiciais e por outros subsídios de informação jurídica, fixem para as necessidades do desempenho de suas funções respectivas o entendimento das cláusulas constitucionais. Daí, resulta que as leis do Congresso e os atos de igual força, ainda que emanados do Executivo, são, quando argüidos de inconstitucionalidade, presumidamente válidos".

Ainda para LÚCIO BITTENCOURT, "A inconstitucionalidade da lei decorre, sempre, de uma das quatro seguintes situações:

- 1 — desrespeito à forma prescrita;
- 2 — inobservância de condição estabelecida;
- 3 — falta de competência do órgão legisferante;
- 4 — violação de direitos e garantias individuais.

Basicamente, todavia, a inconstitucionalidade será intrínseca ou extrínseca.

Contudo, os vícios de inconstitucionalidade das proposições só são sanáveis se alterado o seu texto, quando se tratar de inconstitucionalidade referente ao mérito ou modificado o processo quando a inconstitucionalidade decorrer de inobservância de norma processual.

Numa e noutra hipótese, qualquer projeto marcado por inconstitucionalidade se não sofrer, conforme o caso, quanto à forma ou ao conteúdo, alterações que eliminem, quando possível, suas distorções originais e lhe restitua a compatibilidade com o texto constitucional, ainda que mereça pareceres favoráveis de todas as Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e seja por último, ungido pela sanção presidencial, só poderá produzir lei marcadamente inconstitucional.

Falecem, obviamente, ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo, isolada ou conjuntamente, poderes para, ao arrepio da norma constitucional, legislar.

Ambos participam do processo, unilateral ou harmonicamente. Com efeito, só ao Congresso cabe discutir, votar e promulgar emendas constitucionais, bem assim leis delegadas e decretos legislativos; as resoluções, votam-nas, isolada ou conjuntamente, as casas legislativas; as leis ordinárias e complementares não prescindem da participação do Congresso e do Presidente da República; a legislação sobre o Distrito Federal, relativa a matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração, embora ordinária, é apenas apreciada pelo Senado e submetida ao veto ou sanção presidencial sem audiência da Câmara dos Deputados; os decretos-leis editados pelo Presidente da República estão sujeitos à aprovação ou rejeição pelo Congresso, sendo-lhe defeso emendá-los; finalmen-

te, o poder regulamentar é, consoante nossa tradição constitucional republicana, exercido, com exclusividade, pelo Presidente da República.

O que comanda, entretanto, todo o processo legislativo, legitimando-o ou proscrevendo-o é a Constituição que, ela própria, erigiu como seu guardião e intérprete máximo o Supremo Tribunal Federal.

Qualquer projeto de lei federal que intente dispor sobre matéria da exclusiva competência dos Estados ou dos Municípios; que pretenda cercear garantias individuais; que ouse violar a ordem econômica; que atente contra os direitos políticos é intrinsecamente inconstitucional como projeto e, mesmo aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República, se-lo-á sempre e, por sê-lo, sem qualquer limitação no tempo, sua inconstitucionalidade poderá ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal.

De igual modo, seja qual for o projeto extrinsecamente inconstitucional, como o que legislasse ordinariamente sobre matéria de alçada de lei complementar, mantida a inobservância do processo legislativo prescrito, jamais poderia transformar-se em lei constitucionalmente válida, muito embora votado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República. A qualquer tempo sua inconstitucionalidade — que não se apaga com o tempo, imprescritível que é — nem se transfigura pela sanção, poderá ser invocada perante o Supremo Tribunal Federal e por ele reconhecida, quer mediante representação do Procurador Geral Federal da República, seja em julgamento de recursos extraordinários.

Assim, também os decretos legislativos, só apreciados por uma Casa do Congresso; as leis complementares votadas sem observância do “quorum” constitucional; os projetos da Câmara emendados pelo Senado (ou vice-versa) e submetidos à sanção antes de nova manifestação da Câmara onde teve origem.

Inversamente, o veto, ainda que aplicado quando o Presidente da República “julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional”, não tem o condão de transformar proposição de irrepreensível constitucionalidade em proposição inconstitucional, mesmo porque o entendimento presidencial pode, nos precisos termos constitucionais, ser rejeitado pelo Congresso. Na hipótese, a lei dele resultante, promulgada, então pelo Congresso, entrará em vigor, a despeito de tê-la considerado inconstitucional o Presidente da República. Ao Chefe do Poder Executivo restará a alternativa de reconsiderar o juízo formulado ao votá-lo ou, coerentemente, mantê-lo e bater às portas do Supremo, postulando a decretação da inconstitucionalidade dessa lei.

É flagrante a evidência: a constitucionalidade da lei não advém da sanção do projeto, tal como a sua inconstitucionalidade não decorre do veto.

Quando o Congresso aprova um projeto e o Presidente da República o veta, por entendê-lo inconstitucional, se aceito o veto, quer isto dizer que a proposição que o Congresso considerava inicialmente constitucional, deixou, depois, de fazê-lo, aderindo ao entendimento presidencial. Houve, aí, duplo julgamento, do Congresso e do Presidente da República, sobre constitucionalidade, negando-a, duma proposição. Não, é claro, da lei, que não chegou a existir.

Mas se o projeto de lei intrínseca ou extrinsecamente inconstitucional (conservados os vícios de origem) não pode transubstanciar-se em lei constitucionalmente válida, a recíproca nem sempre é verdadeira. De fato, há casos em que projetos rigorosamente constitucionais, podem transfigurar-se em leis inegavelmente inconstitucionais.

É que o processo de elaboração, no caso das leis ordinárias e complementares é, por excelência, ato complexo: depende, num estágio, da votação pelo Congresso e, noutro, da sanção e promulgação presidencial. O silêncio do Presidente, decorrida a quinquena, importará sanção. A sanção, por sua vez, só

pode ser suprida pela rejeição do veto presidencial pelo Congresso que, então, promulga a lei. Não, porém, em todas as hipóteses.

No caso dos projetos cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, a falta desta pode ser provida pela sanção. Contudo, quando o Presidente da República não teve a iniciativa de projetos que tais e após vetá-los vê seu veto rejeitado, a lei então promulgada pelo Congresso — embora, já o dissemos, o projeto fosse constitucionalmente válido intrínseca ou extrinsecamente — passa a lei dele resultante a ser desenganadamente inconstitucional, segundo se infere na súmula (item 5) do Supremo Tribunal Federal. Faltou-lhe, a esse ato necessariamente complexo, a manifestação indispensável da vontade de uma das partes. Não pode, portanto, prevalecer sem insulto ao texto constitucional. Mas a inconstitucionalidade não era do projeto em si. Se fosse, seria insanável, evidentemente, pela sanção.

Vale lembrar que o veto pode ser aplicado quando o Presidente da República julga o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou quando o considera “contrário ao interesse público”.

Na hipótese, entretanto, o veto seria cabível com fundamento na contrariedade do projeto ao interesse público do qual, inquestionavelmente, o Presidente é árbitro. Diz, a respeito, JOSÉ AFONSO DA SILVA (op. cit. pág. 202): “O certo é que os interesses nacionais, no caso, ficam na dependência do entendimento do Presidente da República, que, na realidade, assim há de considerar tudo quanto contrarie sua ideologia política e seu programa de governo, ainda que tais não correspondam aos reais interesses nacionais”.

Apresenta-se, nesta altura, em toda a sua plenitude, a questão da iniciativa, ou seja, o de indagar-se só e quando a falta de iniciativa pode inquiná-lo de inconstitucional.

Preliminarmente, a falta do requisito só acarreta a inconstitucionalidade da proposição e, conseqüentemente, da lei que dela resultar, se não puder ser preenchida pela sanção, como seria, por exemplo, o caso de projetos cuja iniciativa caiba aos tribunais federais com jurisdição em todo o território nacional.

Na apreciação da matéria, no campo doutrinário, dividiram-se os tratadistas. CÁIO TÁCITO, A. NOGUEIRA DE SÁ e C.D. MONIZ DE ARAGÃO (1) negam possa a falta de iniciativa do Poder Executivo ser suprida pela sanção. Na corrente contrária pontificaram LÚCIO BITTENCOURT, SEABRA FAGUNDES, e um dos mais eminentes constitucionalistas, THEMÍSTOCLES CAVALCANTI (2). “Discorreu, também, sobre o tema, com singular proficiência, JOSÉ AFONSO DA SILVA (op. cit. pág. 91), quando assinalou:

“A regra de reserva tem como fundamento pôr na dependência do titular da iniciativa a regulamentação dos interesses vinculados a certas matérias. Não se trata de adotar aqui a tendência que em mandatórias ou diretórias. Pois, a regra de reserva é imperativa no que tange a subordinar a formação da lei à vontade do titular da iniciativa. Ora, essa vontade pode atuar em dois momentos: no da iniciativa e no da sanção. Faltando a sua incidência, o ato é nulo; mas se ela incidir com a sanção, satisfeita estará a razão da norma de reserva”.

Perdeu, entretanto, interesse o debate doutrinário, ao ser definitiva e inapelavelmente superado por iterativas decisões do Supremo Tribunal Federal, que, de tão constantes o levaram a inseri-las na sua súmula.”

Com efeito, diz, peremptoriamente, o verbete 5 da Súmula:

“A sanção do Projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo”.

A Conclusão, para nós, é indesejável: São rigorosamente constitucionais, à luz da Súmula do Supremo Tribunal Federal, projetos de autoria de parlamentares quando disponham sobre matéria constante do Artigo 57 do texto básico. As leis deles

resultantes o serão também se sancionadas pelo Presidente da República.

Na hipótese desta proposição, impõe-se, particularmente, a disciplina legal da matéria.

De fato, a Constituição Federal, nos Artigos 101 e 102, contidos na Seção VIII, do Capítulo VII, disciplina a aposentadoria dos funcionários civis da União, prescrevendo o caput do Artigo 108, textualmente:

“Artigo 108 — O disposto nesta Seção aplica-se aos funcionários dos três Poderes da União e aos funcionários em geral, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios”.

Sobre a matéria observou Clenício da Silva Duarte, ilustre Consultor Jurídico do DASP (Revista do Serviço Público, Vol. 105, número 01, Janeiro/Abril - 1970, pág. 32):

“Por força da norma do Art. 13, número V, combinada com o Artigo 108, ambos da Constituição Federal, na redação da pela Emenda Constitucional número 01, de 1969, isto é, competindo à União fixar as normas relativas aos funcionários estaduais, e ao mesmo tempo em que se declara que a Seção destinada aos Funcionários Públicos aplica-se aos “Dos três Poderes da União e aos funcionários, em geral, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios” (Art. 108, caput), é imediata a incidência aos funcionários estaduais e municipais dos direitos e garantias asseguradas aos funcionários federais, nas mesmas condições em que o são a estes. Destarte, as leis ordinárias em vigor passaram a incidir sobre aqueles funcionários, no mesmo sentido em que se aplicam aos federais”.

É conclusivo, portanto, que igual tratamento deverá ser dado ao mencionado projeto de lei, que diz respeito ao cômputo do tempo de serviço para fins de aposentadoria, uma vez que, se a legislação federal mandou contar para os funcionários da União (Lei 6.226, de 14 de julho de 1975) o tempo de serviço por eles prestados em atividades sujeitas ao regime da Lei Orgânica da Previdência Social, seria discricionário e injusto que houvesse omissão dos Estados-membros e dos Municípios em relação aos seus funcionários, em favor dos quais se deve legislar no mesmo sentido da legislação federal.

Parece ser este, também, o único caminho consentâneo com o Direito e do qual não deverá se afastar o Poder Legislativo em relação a todos os projetos abrangidos e sob o abrigo da tese exposta, se ele próprio não quiser contribuir para sua inércia e desvalia”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto o Sr. Deputado, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o espaço que regimentalmente cabe ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, ocupará o horário reservado ao MDB, o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Falar, falar e falar.

Falar sempre que é necessário. Principalmente nesta oportunidade em que tudo é obscuro, inclusive o próprio destino da Nação. Sistema que não se entende que sistema é; autuação que autua sempre de forma maléfica; organizações administrativas que, se não corrompem, diminuem as condições de atividade das classes laboriosas deste País, e empobrecem sobremaneira o povo brasileiro.

Sabemos que, quando a administração não é bem dirigida, não há uma justificativa que possa posicionar o fato de acusação, senão a capacidade do administrador.

O Governo Brasileiro, certamente revestido da mais alta vontade de resolver os problemas deste País, demonstrou, nesta trajetória de quase 13 anos, a falta de capacidade de resolução para os problemas de ordem nacionais, porque preferiu não ouvir a representação autêntica do povo, porque preferiu aban-

donar a representação autenticamente democrática deste País, representada pelos parlamentos. Mas é preciso que se continue falando, mesmo que as nossas palavras continuem a ter os mesmos destinos — subir aos espaços e permanecerem no Cosmo, ficarem transcritas nos Anais desta Casa para que a história de um futuro — sabe Deus — possa consignar alguma referência àqueles que não desanimaram porque entenderam que a expressão faz o verbo, e portanto a palavra é a arma que sempre deverá ser usada, em todas as atividades da face da terra, e principalmente por aqueles que representam parcelas de povo, porque é através da palavra que se expressam os erros e os acertos; é através da palavra, que se instituem as condições de organogramas, de resultados magistralíssimos ocorridos no passado, e que ocorrerão no futuro.

Ao término do ano de 1976, em termos inflacionários o resultado foi quase macabro; a taxa de inflação, oficial, chegou à casa dos 46 por cento, o maior índice atual registrado nestes últimos 13 anos; as previsões mais pessimistas feitas pelos tecnocratas do Governo foram superadas de forma violenta, no período de 76. Todas as medidas tomadas pelo Governo no sentido de conter o custo de vida, durante o ano de 76, parece que se exauriram no espaço, e, paulatinamente, o custo de vida foi subindo, durante os últimos meses do ano; os aumentos verificados no último mês daquele ano — ou seja — dezembro, Sr. Presidente, Srs. Deputados principalmente com referência aos gêneros essenciais e de primeira necessidade, foram uma verdadeira violência. Dava a impressão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo agia estrategicamente, no final do ano passado, antecipando os aumentos do custo de vida, no mês de dezembro, para evitar que as altas ocorressem, pelo menos, nos primeiros três meses de 77. Veio a nós a imaginação de que as ocorrentes altas, violentas, do ano passado, eram uma tática governamental e bem planejada, no sentido de assegurar ao povo brasileiro uma estabilidade econômica capaz de estabelecer tranquilidade às classes laboriosas da Nação; diversas medidas de reajuste de preços foram tomadas: o caso da retirada do subsídio do trigo, por exemplo, foi alardeada pelo Governo como medida saneadora do problema gerado pela carga inflacionária, embora se saiba que a verdade dos fatos é que o triticultor brasileiro já estava começando abandonar a cultura por falta de condições para continuar exercendo aquela atividade agrícola. Daí, era imprescindível que o Governo tomasse algumas medidas mesmo que de caráter paliativo a fim de evitar o desencanto total daqueles agricultores que vinham laborando no setor da triticultura.

Ao mesmo tempo e no mesmo período, parecia aos brasileiros que o Governo dedicava uma atenção toda especial em busca do planejamento das empresas públicas, limitando os seus investimentos, com objetivos, de controlar a inflação aviltante observada no período. Mesmo assim, com todas essas medidas, a taxa de desemprego aumentava a cada dia e o Governo demonstrava à própria Nação, que era pelo menos na oportunidade impossível controlar o barco da economia nacional. Prometia o Governo entretanto, como justificativa das medidas inflacionárias adotadas que, a partir do início de 1977, a inflação seria controlada de vez, e a estabilidade econômica haveria de acontecer a partir de janeiro. A previsão dos tecnocratas levaram a garantir que a inflação não alcançaria índice de 20 por cento no período de 1977. Mas o que se vê e pelo que se observa, a taxa de inflação prevista para um período de 12 meses, foi superada em apenas no primeiro trimestre do ano. O grande excesso de expansão monetária ocorrido no ano passado com emissões constantes, foi uma das grandes causas do mal inflacionário, a facilidade que se concedeu ao povo brasileiro para as compras de bens e de serviços através de crédito a longo prazo, fez com que estes bens e serviços fossem majorados de forma aviltante, produzindo conseqüentemente o empobrecimento de característica geral.

O depósito que previa, medidas exigidas para as importações veio desestimular o movimento econômico e a maior circulação de produtos estrangeiros em nosso País, além de provocar a falta de condições da aquisição desses produtos devido a exploração que se fazia de forma gritante; insumos e produtos básicos bem como os equipamentos foram comprados no ano de 1976, por preços aviltantes, a ação inflacionária a cada dia dificultava mais o crédito, reduzindo a disponibilidade de dinheiro, e o Governo conforme ia sentindo o agravante tomava mais medidas paliativas; liberou as taxas de juros de forma gradualista sob a justificativa de que assim procedia para não provocar choque maior numa economia que já havia generalizado em maior empobrecimento.

A especulação aumentava, com a falta dos produtos de primeira necessidade, o exercício do câmbio negro ocorria principalmente na área dos produtos alimentativos; o feijão, por exemplo, foi motivo de racionalização e no Rio de Janeiro chegou a ocorrer fatos de levar o consumidor às filas enormes para conseguir a aquisição desse produto básico.

Ao setor monetário críticas eram feitas, às vezes, de forma violenta, gerando expectativas e angústias, a cujos fatos o Ministro Mário Henrique Simonsen atribuiu normal.

Os índices do custo de vida cresceram violenta e assustadoramente durante o ano de 1976, chegando a alcançar a extraordinária taxa de crescimento de 46 por cento; de janeiro a novembro os produtos de alimentação alcançaram aqui em Curitiba o aumento na ordem de 48 por cento. Os aumentos de aluguéis, das taxas de condomínios e dos preços de casas e apartamentos, chegaram a alcançar o índice astronômico de 120 por cento. Os móveis, utensílios e demais objetos residenciais tiveram majoração nos 11 meses de 1976 na ordem de 87 por cento.

Os medicamentos subiram em aproximadamente 74 por cento, enquanto os serviços pessoais não alcançaram a casa dos 40 por cento de aumento.

Comparando-se a taxa inflacionária ocorrida em 1976 com o exercício de 1975, verificamos que mesmo acatando as informações dos órgãos oficiais sobre o assunto a diferença inflacionária em comparação de um ano para outro, foi dos mais violentos verificados nestes últimos 13 anos.

Desta forma e pelo que se observa na caminhada galopante do desprestigiamento da nossa moeda já verificado nos primeiros três meses de 1977, pode-se evidenciar que o Governo não terá condições alguma para conter a violência inflacionária deste exercício, que naturalmente poderá superar até em 100 por cento ocorrência registrada no setor em 1976.

É preciso ao nosso ver que medidas sejam preconizadas no sentido de estabelecimento de um plano de justiça na distribuição das riquezas nacionais.

Partindo-se para um apoio mais eficiente ao homem que trabalha a terra, dando-lhes incentivo para que ele comece a acreditar que o seu sacrifício e o de sua família é correspondido por preços mínimos condizentes aos produtos que advenham dos seus trabalhos; o congelamento dos aluguéis e seu reajuste a preços condígnos a economia popular, tem que ser feito, e de imediato, porque as taxas de locação de aluguéis absorvem quantidades monstruosas da economia popular; se tabelamento deve ser feito, e feito com urgência, ao nosso ver essa medida tem que ser aplicada no setor de medicamentos e demais produtos industrializados.

A lavoura, a agricultura em todos os seus ramos devem ser apoiadas e amparadas por preços mínimos condígnos, e liberada para a disputa da lei de oferta e procura; a pecuária deve merecer a atenção das mais destacadas do Ministério da Agricultura, principalmente a pecuária leiteira. É fácil de se prever que é um dos produtos básicos da alimentação".

E diga-se a bem da verdade Sr. Presidente, Srs. Deputados, 40 por cento da população infantil de Curitiba, há quase 30

dias não tem o alimento básico da sua própria alimentação, que é o leite. O leite desapareceu da grande cidade do Paraná, porque está determinado o seu preço pelo Conselho Nacional de Preços, pela SUNAB.

E está aí a política econômica do Governo prejudicando o crescimento e o desenvolvimento das classes laboriosas deste País.

Estão aí os setores políticos da economia do Governo prevaricando com a liberdade da administração, do direito da alimentação das próprias crianças paranaenses.

Até parece que é um tipo de administração, um tipo de gerência administrativa que dorme um sono latente, que já fazem treze anos que este sono é dormido e não conseguem acordar para a triste realidade, que se avoluma, que se aumenta a cada dia que passa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que dispunha já se esgotou, mas lhe concede 60 segundos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu termino.

Finalizando: "O soja, uma das mais atuantes de hoje, uma das mais influentes cultura do momento, poderá ter o mesmo destino de outras culturas temporárias, se porventura, o governo persistir, e manter o confisco de 7 e 12 por cento, que é o caso do soja e do trigo.

O desencentivo à produção será um crime, sempre e todas as vezes que assim procederem os governos.

Ainda mais agora, que mais do que nunca, o brasileiro precisa de seu potencial de produção em franca atividade para cumprir a sua responsabilidade firmada através de empréstimos astronômicos, com outros países do continente".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Requeiro que este meu modesto pronunciamento seja encaminhado às seguintes autoridades:

Aos Exmos Srs:

Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Ministro da Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no plenário do Sr. Djalma Portela, empresário ilustre, fundador e pioneiro da cidade de Moreira Salles.

No horário dedicado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, depois de devidamente autorizado pelo Sr. Líder, Luiz Roberto Soares.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente, estive nesta tribuna, de maneira brilhante, como sempre o faz, trazendo um assunto que já fora debatido nesta Casa por nós, Deputados desta, e da Legislatura anterior, que é a erradicação do cancro cítrico no Paraná.

Lamentavelmente, não me foi possível, dada a minha ausência, ouvir todo o discurso proferido pelo Deputado Felcino Tolentino.

Mas, das últimas palavras, eu pude entender, perfeitamente, do seu objetivo ou do objetivo que o trouxera para esta tribuna.

Aliás, coincide com os meus propósitos. Já falamos sobre a erradicação do cancro cítrico no Paraná por duas ou três vezes, a última dela, no exercício anterior.

Venho prestar, ao Deputado Felcino Tolentino, a minha solidariedade no que concerne a erradicação de fato, do cancro cítrico, tão necessária.

Mas nós, assim como o Governo do Paraná, não estamos alheios ao problema: ao contrário; a Secretaria da Agricultura tem convênio firmado com o Ministério desta mesma área, envolvendo compromissos do Estado e da União, na ordem de 80 milhões de cruzeiros.

Convênio firmado em 1975, com a participação em número aproximado, do Estado, de 50 milhões de cruzeiros;

é a União com 30 milhões, durante um período previsto, de 5 anos, para o combate deste mal.

Mas, na verdade — e nós devemos confessar que não estamos assistindo uma campanha que se enquadre, não só nos objetivos do convênio assinado em 1975, como a necessidade imperiosa de eliminar-se de vez, de erradicar-se de vez, o cancro cítrico, dos pomares paranaenses.

Enquanto essa campanha não se efetiva de fato, nós estamos comprando cítricos, principalmente do Rio e de São Paulo, a preços abusivos: uma laranja custando um cruzeiro; uma pocã, um cruzeiro e 50 centavos e temos 182 municípios interditados; impedidos de que novos pomares sejam formados.

Porque a campanha prevê a eliminação do mal. Ora, como se proíbe plantar-se a laranja, quando a campanha não se efetiva de vez?

Se continuar a campanha como esta no Paraná, retifico, como estava até há alguns meses, o Paraná daqui a 10 anos ou 15, estará ainda a comprar laranjas e cítricos de todos os outros estados?

Pior do que os 182 municípios interditados, temos o Paraná todo ameaçado se a sua disseminação, se o alcance dessa doença não tem barreiras que se assegure com facilidade.

E se nós temos todo o Norte, Oeste e parte do Sudoeste, interditados, como haverá de demorar para que o Estado esteja doente?

Eu estou de pleno acordo com o Deputado Fidelcino Tolentino.

Concordo com suas palavras em toda a sua expressão. Mas também pode o Deputado Fidelcino Tolentino e a bancada do MDB, muito especialmente, como é de nossa obrigação parlamentar da Arena, fazermos uma campanha esclarecedora aos agricultores do Paraná, para que recebam bem esta campanha em sua propriedade, que não se vejam ameaçados, para que não tenham a preocupação, o medo, o receio de receber as pessoas que estiverem a serviço da campanha da erradicação do cancro cítrico, quando procuram erradicar seus pomares.

O entendimento é fácil, e já foi dito que quanto mais protelarmos esta campanha, mais o Paraná estará perdendo.

Mas, no meu entendimento, o motivo principal pelo qual esta campanha não é levada a efeito de fato — porque agora recursos nós temos — é a falta de conscientização.

Nós, Deputados de ambas as bancadas, podemos prestar relevantes serviços ao Paraná, procurando esclarecer à opinião pública, e muito especialmente ao agricultor do Paraná, da necessidade do entendimento da campanha.

O SR. ANTÔNIO FACCI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)? Nobre Deputado, da preocupação de V.

Exa. quanto ao problema da erradicação do cancro cítrico no Estado, estamos cientes. Das informações de convênios entre a Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura a respeito do problema, também temos algum conhecimento.

No entanto, V. Exa. diz que nós, Deputados, precisamos partir para uma campanha de esclarecimento junto aos senhores agricultores para que recebam bem os técnicos que comparecerem em suas propriedades, procurando fazer a erradicação do cancro cítrico.

Ora, o que está faltando, realmente, não é a boa receptividade. O que está faltando é a continuidade na campanha.

Conhecemos propriedades visitadas, há dez anos, ou menos que isto, por técnicos que fazem a receita da laranja e onde os agricultores ficam à espera do retorno desses técnicos para poder saber se suas propriedades estão ou não liberadas.

Porém eles não aparecem mais. Não há, portanto, a continuidade.

Porrisso é que em várias áreas além do município de Maringá em que foram cortados os pomares, os mesmos já

brotaram, estão formados de novo, por falta da presença constante dos técnicos da Secretaria da Agricultura.

O que falta, realmente, é motivação, é insistência no sistema do governo que aí está, junto a seus técnicos para atendimento às propriedades rurais.

Não podemos dizer que apenas o lavrador é responsável, não recebendo bem os técnicos. O que está faltando é a presença constante dos técnicos em toda a área infectada, fazendo de fato esta erradicação.

Já relatei aqui, parece que em aparte a V. Exa., um fato interessante.

Na Rodovia do Café, alguns lavradores vendiam à beira da estrada, algumas laranjas. O fiscal compareceu ao local utilizando todo o produto, não permitindo a sua venda. Mas este não é o caminho. O certo seria erradicar as laranjas, mas com assistência constante.

O Governo não está dando a atenção que o problema merece e precisa receber.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Agradeço o aparte de V. Exa., que inclusive, é esclarecedor. V. Exa. procede de uma região a que pertencem. Conhece como eu o problema. É justamente sobre esta falta de constância, sobre esta campanha que deve ser permanente — e permanente até seu término — que já estive na tribuna desta Casa por algumas vezes e razão pela qual volto mais uma vez, cumprimentando o Deputado Fidelcino Tolentino quando aborda um assunto que nem é simpático no aspecto político.

Aliás, essa falta de simpatia política pela campanha, é que ela vem se arrastando por mais de 10 anos.

Também concordo com isso, por esse motivo estou aqui.

O nosso município, nas imediações de Nova Esperança, e quero crer em todo o Norte Novo, e também em alguns municípios do Noroeste, tiveram seus pomares erradicados acerca de 10 anos.

Existem, nessas regiões, crianças com 8 ou 10 anos, que nunca experimentaram um fruto cítrico — refiro-me a filhos de lavradores.

Essa situação poderá perdurar se a campanha não for levada a bom termo.

Espero, e acredito, que S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura, bem como o Sr. Governador do Estado — que bem conhece o problema, por ser agricultor — hão de entender o problema e procurar saná-lo.

O SR. ERNESTO GNOATO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quando Prefeito de Iporã, recebi a visita de fiscais da erradicação do cancro cítrico. Isso faz 12 anos e eles nunca mais para lá voltaram, e nada foi feito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Obrigado. Muito oportuno o aparte de V. Exa.

E é contra isso que devemos nos levantar.

Mas, também entendo que não devemos só criticar a campanha, dizer que ela não se efetiva. A campanha é demorada. Mas, o que estou pedindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que todas as medidas sejam tomadas e que todos nós, sempre que possível, ajudemos para que o Paraná não seja prejudicado, não só em seu aspecto social.

Porque, há quem diga até que os pomares do Paraná são de fundo de quintal, alguns pés de laranja e nada mais; que não têm significação econômica.

Eu me oponho a isso. Se não temos e não produzimos laranjas para exportar para outros países, com o clima maravilhoso que temos, é porque estamos impedidos de plantar. Porque está estabelecido, no Paraná, o cancro cítrico.

O SR. ANTÔNIO FACCI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)? Nobre Deputado, a insistência de V. Exa. para que os Deputados participem da conscientização dos lavradores, é válida, mas difícil de ser cumprida, pelo descrédito que a campanha alcançou no Paraná.

É impossível fazer com que o proprietário rural receba, com alegria, os fiscais que vão erradicar seus pomares.

Porque eles sabem, por informação de seus vizinhos, de outros proprietários, que esses fiscais vêm e não mais voltam. Apenas fazem o corte.

Essa atitude dos lavradores é motivada pelo descrédito que a Campanha alcançou.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. conhece bem o problema, o que não é surpresa nenhuma.

Agora, Sr. Deputado, que a campanha não merece crédito por parte do lavrador, se a campanha não se apresenta merecedora da confiança do agricultor, não é nosso trabalho, nem nosso papel.

V. Exa. tem representação municipal em todo o Estado do Paraná.

V. Exa. é um homem altamente responsável nos setores dos problemas paranaenses, como todos nós sabemos.

E ao entrarmos numa campanha como esta, não teríamos nenhum outro objetivo a não ser o fortalecimento de uma situação econômica e social no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — (Faz soar os tímpanos).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — E não seria a condição de V. Exa. ou a minha, ou de nós, parlamentares, quando nos referimos à confiança que merece a campanha porque ela passa e vai embora e nós ficamos e temos responsabilidade.

Por isto é do entender nosso a ajuda e a necessidade até da participação ativa da classe política mas, principalmente nós, já que uma convocação dos sindicatos está mais afeta ao Governo, ao Executivo, à Secretaria de Agricultura.

Isto para a convocação das lideranças dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, proprietários rurais.

Aqui também aparece a grandiosidade da imprensa para o esclarecimento de todos.

Daí, acredito que todos nós estaríamos dando...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, profundamente consternada, informa a V. Exa. que o tempo que dispunha já se esgotou e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu já havia concluído mas apenas queria, até por coincidência tenho aqui alguns subsídios, dizer que além destes tenho outros com relação à campanha de cancro cítrico no Paraná e, se houver interesse do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino ou de qualquer outro colega de ambas as bancadas, terei a maior satisfação em ceder esta documentação para que seja estudado e analisado, e para que juntos possamos prestar, repito, um grande serviço à causa paranaense. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 140/76, de

autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO SOCIAL SÃO PEDRO, com sede em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

A Presidência adverte que fará a votação englobadamente, do projeto e do Substitutivo Geral. Em votação o Substitutivo. APROVADO O SUBSTITUTIVO.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 14/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO — GERMÂNICO, com sede na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 14/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — É declarado de utilidade pública o Instituto Cultural Brasileiro — Germânico, com sede nesta Capital.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima tem por finalidade promover, incentivar e favorecer o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha, especialmente no domínio das ciências, letras e artes.

Inegavelmente, presta à comunidade relevantes serviços no campo da cultura. Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma não visa lucros ou dividendos, a sua Diretoria não é remunerada, está em atividade há vários anos, preenchendo, assim, todos os requisitos legais para que seja declarada de utilidade pública, razão por que apresentamos o presente plano de lei à consideração dos ilustres Pares, esperando o seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 14/77.

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei 14/77, tem a finalidade de declarar de utilidade pública o Instituto Cultural Brasileiro — Germânico com sede nesta Capital.

Da análise do processo e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se encontra revestida de todos os requisitos legais, previstos pela Legislação Federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sgurezi, constante do expediente, solicitando a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, para proferir parecer à proposição de indicação, com base dos fundamentos jurídicos e constitucionais que determinaram o Decreto 2772. — À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Santana Labegalini. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda, Presidente da Caixa Econômica Federal e Presidente do Banco Central do Brasil, no sentido

de que seja criada e instalada uma agência da Caixa Econômica, no Município de Ubatuba. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo atenção especial para os repatos nas instalações do Colégio Estadual "Nilo Peçanha", da cidade de Apucarana.

A Presidência modifica o encaminhamento para que, se faça ao Sr. Secretário da Administração. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Superintendente e Delegado Regional da SUNAB, reiterando apelo no sentido de que seja criada uma Sub-Delegacia do referido órgão na cidade de Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que seja instalada uma agência bancária no Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de cópia de seu pronunciamento aos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Ministro da Justiça. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes, Secretário do Planejamento, Prefeito Municipal de Maringá e Prefeito Municipal de Marialva, no sentido de que sejam efetuadas melhorias na Rodovia do Café. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Congresso Nacional, em forma de apelo, para que sejam os autores das emendas constitucionais que institui o divórcio no País, cientificados da grande necessidade da sua não discussão e votação por aquele Poder, enquanto não se fizer ampla consulta popular. — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente na sessão de ontem, com relação a este requerimento apresentei sugestão ao eminente Deputado autor, Edilson Alencar, no sentido de que modificasse os termos do pedido, a fim de que a consulta popular a que ele se refere, seja realizada posteriormente, à decisão do Congresso Nacional.

Naturalmente, se tal decisão for favorável às emendas constitucionais que visam à disponibilidade do casamento.

Como a matéria, nos termos regimentais, passa a ser votada hoje, eu deveria reiterar à Mesa a sugestão feita, para que, então, se fizesse consulta ao Sr. Deputado Edilson Alencar, quando a essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, regimentalmente, admite ao autor ou de qualquer dos Srs. Deputados, a inclusão em forma de emenda.

Todavia, consulta o Sr. Deputado autor do Requerimento, se aceita seja o seu requerimento votado com a emenda de Plenário proposta pelo Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tão logo S. Exa. o Sr. Deputado Accioly Neto esgote o tempo que regimentalmente lhe é assegurado para o encaminhamento da votação, a Presidência lhe assegurará este direito.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto. O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eu havia solicitado a palavra através de uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE ("Ivo Thomazoni") — A Presidência aceita e V. Exa. continua falando em questão de ordem.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu me permitiria, Sr. Presidente, solicitar a V. Exa. que eu ficasse inscrito para falar no encaminhamento de votação, depois do Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE ("Ivo Thomazoni") — A Presidência inscreve V. Exa. Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar. Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado autor do requerimento.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lendo): "Pretendemos estar contribuindo para a elevação dos debates e decisões desta Casa, com nossas ponderações e o requerimento agora em causa.

Contribuição modesta, porém consciente. Talvez por isso não entendida em seu sentido e alcance.

O problema da organização familiar é bastante complexo.

Envolve questões que precisam ser vistas de vários ângulos. Não podemos cair na simplificação de considerá-lo sob o ponto-de-vista genérico, com a afoiteza de nossas elites.

Ver o geral e não ver o particular de um problema é sinal da mesma indigência que ver o particular sem chegar à generalização.

Com o perdão dos eruditos e mestres de todas as questões jurídicas.

Nós não estamos discutindo o direito de família nos Estados Unidos, na França ou na Itália.

Nós não somos uma Nação desenvolvida, por mais que uma tendenciosa publicidade nos acene com o quase-que-somos.

Naqueles países a vida social tem outras características, resultante de suas condições de desenvolvimento em todos os aspectos que não só o econômico.

Nós somos diferentes, em nosso subdesenvolvimento político e social tanto como no campo econômico.

Temos nossa legião de miseráveis, desempregados subempregados, e menores abandonados.

Temos a composição familiar que é origem e resultado ao mesmo tempo da opressão, da violência e do autoritarismo.

A forma deve revelar conteúdo: a lei é o resultado da necessidade.

Naqueles países a opressão e a exploração tirânicas são coisas do passado.

Aqui é o presente; e o próprio Estado, e as estruturas jurídicas são atrasados e iníquos; próprios para o estágio de povos mais atrasados do que já somos. Não cabe a comparação.

Uma das características dessa situação de caos social é a de que alguns políticos e burocratas pretendem "adiantar" o Estado.

Seja um Estado vanguardeiro, sem que o povo, o cidadão, tenham direito a participar e a decidir.

Não desejam nem permitem o pareamento do esforço e da decisão popular nos seus próprios destinos.

E é tão grave este mal, que o Congresso Nacional e, quem sabe nós, não nos livramos.

Logo depois da má lição de arbítrio dada pelo Governo com o embrulho das reformas, o Congresso Nacional ainda recompondo-se do sentimento de impotência e desvalia política, passa a discutir e a decidir sobre a organização familiar brasileira.

Novamente o povo fica à margem das decisões importantes, porque os congressistas são também ungidos como o Governo; não duvidam um instante sequer da inteireza de sua representatividade, da integral legitimidade de suas decisões. E aonde transformam suas opiniões e convicções pessoais sobre o divórcio.

cio no fundamento de suas exposições para um assunto que envolve 110 milhões de brasileiros.

Parece que está em jogo, além da presunção da representatividade total e vitalícia, que o modelo pessoal de cada Senador, de cada Deputado seja o modelo de todo cidadão brasileiro.

Assim como se o modelo político e econômico do Governo fosse o modelo do povo brasileiro.

Esta é, na verdade, uma das raízes da atitude e posição das lideranças brasileiras atuais.

Não é estranhável que essas idéias anti-populares e elitistas tenham expressão concentrada no Governo.

Ambos consideram o povo como marginal, que é preciso representar com ou sem procuração eleitoral, para protegê-lo contra si mesmo.

Senhores Deputados:

Reconhecemos todos que o problema da organização e das relações familiares não é simples.

Não pode ser tratado com jurisdiccionismos nem como formação para o mercado-de-trabalho ou para as divisões de bens.

Nós não duvidamos que a organização da família se tenha transformado ao longo dos anos, segundo necessidades antes sociais do que individuais.

Mas não aceitamos que essas transformações se façam acima e à frente das necessidades objetivas e subjetivas da sociedade.

A não ser que se consagre uma divisão entre cidadãos de classe especial de primeira e de segunda classe.

E que a legislação se destina aos primeiros, cabendo onde der a aplicação a outros.

Sobre a representatividade do político é preciso destacar que recebemos um aval do voto em face de uma pregação de compromissos, e ele deve ser renovado com a maior frequência possível; e ele não alcança as questões que não estejam na rotina dos acontecimentos.

A representativa não é vitalícia, pois não é um emprego nem condição de nobreza.

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Deliberadamente não estou tratando a questão como simples opinião ou convicção pessoal.

Nem minha convicção nem a convicção da maioria do povo de minha região.

Não creio que este assunto deva ser estreitado em seu estudo.

É um assunto a ser tratado com elevação, com esforço, socorrendo-se de todos os recursos das contribuições públicas.

É uma questão que precisa ser tratada com todo o povo, a nível nacional.

O nobre Deputado Accioly Neto sugeriu que nosso requerimento somasse com o do Deputado Jurandir Messias.

Creio que são distintos quanto ao sentido e quanto ao alcance.

E isso não permite misturar. O nobre Deputado sugeriu que se invertesse a sugestão para um plebiscito, após a aprovação do Congresso Nacional.

Novamente aí, creio, que não fomos entendidos.

Compreendo sua intenção mas ressalto que ela muda também o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Exa. que os 10 minutos regimentais no encaminhamento de votação, se esgotaram e lhe concede 1 minuto para concluir.

O SR. EDILSON ALENCAR — Obrigado, Sr. Presidente. Insistimos em negar para questão desta ordem, que o atual Congresso Nacional deva decidí-la.

Creio que o Parlamento não tem a representatividade específica para votar e impor uma solução em qualquer sentido.

Somente depois de uma consulta popular, aí então, que

cada um vote segundo os seus princípios e sua consciência, estabelecendo a correlação entre a vontade popular e seus princípios programáticos e pessoais.

Este é o exercício da Democracia e esta é a correlação da representatividade, para tal assunto nestas condições atuais.

Creio que nossa posição tem o mérito da justeza, correção e oportunidade.

Daí esperar que, independente das convicções pessoais dos presentes, ela obtenha a unanimidade dos votos".

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica que, sobre a mesa, há uma emenda da lavra do Sr. Accioly Neto. Tem a seguinte redação. (Lê): "Senhor Presidente.

Proponho à consideração dos Srs. Deputados que se emende o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar, a fim de que a consulta plebiscitária de que trata aquela proposição seja efetiva após e se aprovadas as emendas constitucionais pertinentes.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) Accioly Neto."

Também sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, no seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvir o Plenário, seja feita votação nominal para o seu requerimento e já lido da tribuna.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977".

Na oportunidade, este requerimento será objeto de deliberação. Continua em votação do requerimento, sobre a referida emenda.— Em votação.—

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A idéia sugerida e não aceita, infelizmente, pelo nobre Sr. Deputado Edilson Alencar, tem na verdade um alcance bem mais amplo, do que aparentemente aquele que ela encerra.

O objetivo de solicitar ao Congresso Nacional que determine a realização de uma consulta popular, posteriormente a uma decisão que venha a tomar relativamente à reforma constitucional, criaria, no meu entender, um precedente que poderia ser utilizado no futuro, não mais apenas como uma eventualidade, consoante se verifica agora.

Poderíamos até pensar em defender a tese, que me parece absolutamente válida, no sentido de que toda e qualquer reforma constitucional que implique em alteração profunda da estrutura jurídico-constitucional da Nação, seja ratificada pelo povo.

Mas é evidente que vivendo o Brasil sob regime de uma democracia indireta, isto é, aquela em que o povo se faz ouvir e decide por seus representantes a nível municipal, estadual e federal, o mais lógico seria que propuséssemos ao Congresso Nacional que incluísse norma na Constituição Federal, determinando que toda emenda à Carta Magna, para a sua validade, tenha a ratificação das Assembléias Legislativas.

Este exemplo é dado pelos Estados Unidos, onde todo e qualquer aditamento — é esta a expressão lá utilizada — que se faça à Constituição Federal, para que tenha validade é preciso que as Assembléias Legislativas o aprovem.

Se tivéssemos pensado nisto em outra época, quem de nós poderia afirmar que seriam vitoriosas as malsinadas reformas judiciária e política realizadas?

Conseguiriam obter o consenso nacional e teriam sido promulgadas?

Creio que não.

Salvo esteja profundamente equivocado, se se tivesse que submeter às Assembléias Legislativas de cada Estado as emendas constitucionais 7 e 8, elas não teriam conseguido a aprovação,

pelo menos na maioria dos Estados brasileiros. Esta idéia em torno do requerimento do Deputado Edilson Alencar, pretendia que tivesse esse germe, a fim de que pudéssemos, com o tempo, fazê-la frutificar e chegar até a obter a aquiescência do Congresso Nacional, para que se inserisse norma constitucional a respeito e aí teríamos efetivamente assegurada no País a democracia indireta em todos os seus termos.

Com relação a este requerimento com o qual concordo, porque acho que deve ser verificada individualmente, porque se trata de direito de família, a vontade de cada um dos brasileiros, parece apenas que falha quanto ao momento em que se deve verificar a consulta popular.

O exemplo dado pela Itália — entendo eu — serve para nós com a mais absoluta adequação. A Lei instituidora do divórcio na Itália, foi de 01 de dezembro de 1970.

Mas, a sua vigência só se verificou 4 anos após, o que, só em 12 de maio de 1974, é que o povo italiano se manifestou favoravelmente à instituição do divórcio no País.

Não vejo porque não possamos nos utilizar dessa idéia dos italianos. O que me parece, data vênica, do ilustre autor do requerimento, um contra-senso, é pretendermos ouvir a opinião nacional antes de uma decisão concreta.

Se realizada essa consulta popular, previamente à discussão e votação das emendas constitucionais sobre o divórcio, e desse consulta resultar a maioria negativa, é óbvio que o Congresso Nacional não tem mais autoridade para tratar da matéria. Com isso, estaremos levando a representatividade do Congresso Nacional à mais ínfima nulidade. Pior do que isso, estaremos negando a Senadores e Deputados Federais que, no momento, eles representam, teoricamente a vontade nacional.

Mas, se nós, em sentido contrário, realizarmos a consulta popular posteriormente a uma decisão do Congresso Nacional, decisão obviamente favorável, o que estaremos pondo à prova não é mais a representatividade dos Deputados e Senadores. O que estaremos, é exercitando a democracia direta que se faz necessária, aliás, neste País. Não me parece, assim, que o teor do requerimento do nobre Deputado Edilson Alencar seja dos mais felizes ao contemplar esse assunto.

A propósito, quero até desfazer um equívoco em que S. Exa. incorreu nesta tribuna. Quando pedi que se discutisse, em conjunto, o requerimento de sua autoria e um outro de autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, não desejava que se fundisse um e outro num só. Apenas, porque o tema é correlato, ambos tratam do divórcio.

Um solicitando repúdio e outro pedindo que se realize uma pesquisa popular sobre esse instituto.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não convence a argumentação do requerimento em favor da realização da consulta popular "a priori".

Parece-me que uma consulta "a posteriori" é que atenderá, mais legitimamente o que não só nós, da classe política, mas todos, o povo brasileiro está esperando e que é a prática democrática.

Era só isso — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, solicitando votação nominal para o seu requerimento proposto e já lido da tribuna.

O SR. ACCIOLY NETO — ("Pela Ordem") — Sr. Presidente, requereria à Mesa que, antes de votarmos o requerimento do Deputado Edilson Alencar, assim como a emenda que a ele aditei, V. Exa. colocasse em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, que é anterior

ao requerimento do Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não tem nada absolutamente a opor à sugestão que a questão de ordem de V. Exa. propõe, mesmo porque o requerimento do Deputado Jurandir Messias trata da mesma matéria.

Sobre o requerimento do Deputado Jurandir Messias também existe requerimento subscrito pelo Deputado Ernesto Gnoato.

No requerimento, S. Exa. solicita também votação nominal para o requerimento do Deputado Jurandir Messias.

Ambas as proposições, portanto, requerem, com audiência do Plenário, votação nominal da matéria; em votação o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, que propõe votação nominal para o requerimento do Deputado Jurandir Messias; os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Ernesto Gnoato, permaneçam como estão. Rejeitado o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO ("Pela Ordem") — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência o atenderá.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, queiram levantar-se; os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados rejeitam, 7 Srs. Deputados aprovam. Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA NÚMERO 320/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 2753, de 11 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da Arena, junto ao Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSSO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de maio de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 321/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 3462, de 26 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, à funcionária MARIA IGNÊSIA C. FAGUNDES, matrícula 219, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de maio de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.